



TODO DIA é DIA de LUTA!

Em todo o Brasil ibegeanas e ibegeanos, junto à população, sindicatos e entidades, participaram dos atos nos dias 29 de maio, 19 de junho, 3 e 24 de julho contra o desgoverno de Bolsonaro



#29M



#19J

- VACINA JÁ!
- CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA!
- AUXÍLIO EMERGENCIAL DE 600 REAIS!
- FORA BOLSONARO E MOURÃO!



#3J



#24J

ASSIBGE-SN sempre presente nas lutas!

AFINAL, PARA QUEM FALA RIOS NETO? | O presidente do IBGE e o blá, blá, blá oficial ao som dos tambores de Brasília

PÁGINA 3

PEC 32 - REFORMA ADMINISTRATIVA | 7 Perguntas e respostas esclarecem tim-tim por tim-tim o projeto do governo

PÁGINA 6

Cuidar das águas agora para assegurar um futuro com dignidade | Entrevista com Mauro Lambert Ribeiro, Gerente da Reserva Ecológica do IBGE (RECOR)

PÁGINA 7

O BRASIL PRECISA DO CENSO 2022

A apresentação de uma pauta sobre o censo demográfico conversada com diferentes áreas responsáveis pelo censo demográfico, constitui mais uma ação do sindicato na luta em defesa de um censo completo, bem-feito e com segurança sanitária.

As propostas da direção que mutilaram o censo com a justificativa de viabilizá-lo não foram bem-sucedidas, o Censo segue precisando do seu orçamento completo para entregar ao país o embasamento necessário em sua retomada. O censo experimental realizada em Poços de Caldas deixou escancarado que o corte do questionário não sanou a sua anterior justificativa, ou seja, uma menor demanda de trabalhadores. Então, precisamos de pelo menos 205 mil recenseadores, a ajustar ainda pela população de 2022, bem como das perguntas centrais, ceifadas sem justificativa e completamente necessárias, visto que foram inseridas e pensadas pela equipe técnica da casa depois de diálogo com a sociedade. Esses são exemplos claros de pontos relevantes levantados pelos trabalhadores do IBGE.

O sindicato segue na luta por orçamento completo, buscando pautar o censo na Comissão Mista do Orçamento para a LDO 2022. Lembrando que ainda faltam recursos para a preparação do censo em 2021 pois a verba extraordinária definida para o IBGE seguir nas atividades do censo ainda não é suficiente. Demandamos maior transparência do IBGE a respeito do orçamento faltante para quais atividades. Para fechar, ressaltamos que obtivemos a solicitação de amicus curiae para acompanhar e subsidiar a ação no STF movida pelo governo do Maranhão aceita. No processo seguiremos certamente pautando o censo completo. A recomposição orçamentária para o censo é de pelo menos 3,1 bi, lembrando que o censo brasileiro é um censo barato no cenário internacional.

Queremos um censo que realmente reflita as necessidades da sociedade brasileira. Precisamos do Censo para a geração e monitoramento das políticas públicas tão essenciais para estruturar o estado brasileiro em seus 5.570 municípios e demais níveis de governo. Esperamos que a direção da casa não siga o governo e nos auxilie escancarando os dados e recuperando o que nos foi tirado e que será retirado da sociedade caso não tenhamos o melhor Censo no próximo ano. O CENSO é um direito do povo brasileiro.



O nosso site está de cara nova!

Agradecemos a participação de todos os ibegeanos e ibegeanas na construção. Por lá você encontra notícias e informações de interesse da categoria como: nossos jornais, prestação de contas e ações do jurídico. O principal objetivo do portal repaginado é auxiliar a nossa luta oferecendo informações e contatos de forma fácil e rápida. www.assibge.org.br



Causos do IBGE



Clima tenso na Maré (*)

Era a primeira vez que eu entrava na Vila do João, na Favela da Maré, para fazer pesquisa pelo IBGE. Meu supervisor, o falecido Bacalhau, estava comigo. No final da comunidade havia dois blocos de apartamentos. Nos dividimos: ele foi fazer um prédio e eu o outro.

Quando lá cheguei tinha um pessoal estranho na entrada, a rapaziada da "boca de fumo". Me identifiquei como funcionário do IBGE, explicando o objetivo do trabalho. E pedi um favor:

– Meu supervisor está vindo aí atrás. Se vocês puderem, avisem a ele que eu estou no prédio.

A receptividade foi tranquila. Os "soldados" garantiram que sendo do IBGE não tinha problema. Liberado, subi para fazer os apartamentos. Quando descí dei de cara com o Bacalhau no meio de dois sujeitos com cara de poucos amigos. Aquela altura o coitado do Bacalhau, que era meio marrento, já tinha levado um sopapo na cabeça. "Esse aí" que é o seu supervisor?", perguntaram. Meio assustado confirmei. Só então os traficantes liberaram o Bacalhau.

Na saída ele veio atrás de mim, soltando cobras e lagartos pelo caminho. Fazer o que? Foi a forma que eu encontrei de prevenir os caras que se outro servidor do IBGE aparecesse por lá não seria uma armação. Era para a segurança dele. Mas toda vez que a gente lembrava do caso ele me xingava. Na hora a coisa

ficou tensa, mas hoje, quando eu recordo o que se passou, só consigo achar graça da situação.

(*) Esse "causo" é baseado em relato de José Gonçalves, servidor aposentado do IBGE na Dipeq/RJ



Mas afinal, para quem Rios Neto fala?



Em evento virtual realizado no dia 14 de junho, ficou claro que Rios Neto, atual Presidente do IBGE, não está dialogando com os trabalhadores da instituição, mas está servindo como um porta-voz do Governo Bolsonaro

Durante a fala motivacional do Presidente do IBGE, dirigida aos censitários, foi possível extrair três informações concretas e preocupantes: a estrutura do IBGE será enxugada através do teletrabalho; o trabalho temporário avançará sem precedentes; e ele não conhece Milton Nascimento.

Segundo Rios Neto, o IBGE será pioneiro no teletrabalho a ser implementado ainda esse ano. O teletrabalho faz parte do projeto TransformaGov do Governo Federal, marcado principalmente pela redução do investimento no serviço público e na precarização da prestação de serviços. Evidentemente, o teletrabalho se apresenta de forma atrativa para alguns trabalhadores que não precisarão fazer longos deslocamentos para as estruturas já precarizadas do IBGE e nem estarão submetidos aos rígidos controles de ponto eletrônico.

Por outro lado, a proposta de teletrabalho, como está sendo desenhada pelo Governo, merece atenção por parte dos trabalhadores

por conter pontos não divulgados nas propagandas: transferência de custos, aumento de metas, impossibilidade de realização de algumas atividades e isolamento do convívio social. Além disso, o teletrabalho realizado de forma massificada, sem estudos preliminares e sem a participação dos trabalhadores no seu projeto poderá se voltar contra os servidores e os usuários dos serviços públicos. Afinal, para um governo que coloca granadas no bolso do servidor, dinamitar toda estrutura é apenas um detalhe.

Outro ponto que chamou a atenção na fala de Rios Neto foi a naturalização do trabalho temporário. Para o Presidente do IBGE, vínculos precários e sem garantias trabalhistas é algo normal e até bom para a instituição. Ao que tudo indica, ele desconhece a demanda por pessoal efetivo em todo IBGE e as mais de 6 mil vagas, para cargo efetivo, aguardando empenho por parte do seu representante para ser realizado o concurso.

A situação de mais de 52% dos trabalhadores em condições precárias de trabalho é o prenúncio da perda de qualidade e reputação do órgão. Desconhece o então presidente o risco para as informações estatísticas do trabalho realizado por pessoal sem estabilidade e por isso mais facilmente submetido aos interesses de grupos políticos e econômicos? Será que ele desconhece a realidade dos trabalhadores temporários que não contam com seguro desemprego, FGTS, aviso prévio, auxílio creche e de saúde e podem ser dispensados a qualquer momento por iniciativa de um único chefe? Será que é esse o modelo de trabalho que ele acha razoável?

Por fim, o desconhecimento histórico ao utilizar a música de Milton Nascimento ficou evidente no uso deslocado da canção de resistência à Ditadura Militar "Nada será como antes". Rios Neto utilizou o "nada será como antes" para dizer que a estrutura de trabalho do IBGE será outra após a pandemia, mas, em verdade, quando Milton compôs e cantou os versos dessa música estava anunciando um tempo de esperança, direitos e empregos que venceria o obscurantismo da Ditadura Militar. Por esta razão, a letra de Milton não possui relação nenhuma com o projeto que está sendo implementado no IBGE baseado na falta de diálogo, precarização do trabalho e muitos tapinhas nas costas.

Em sua segunda tentativa de discurso motivacional com os trabalhadores do IBGE, ficou evidente que Rios Neto, indicado por Paulo Guedes, não está disposto a defender o IBGE perante a iminente precarização e possível perda de reputação do órgão, mas se limita a implementar os objetivos do Governo no IBGE. Como uma marionete, Rios Neto segue pulando e dançando ao som do tambor de Brasília.



TODO DIA é DIA de LUTA!



Olá companheiras e companheiros,

São mais de meio milhão de pessoas mortas pela Covid-19 e muitas destas são servidores públicos, em especial, da área da saúde e educação, mas também mais de uma centena de ibgeanos. Entre o agravamento da emergência sanitária, as novas variantes e a vacinação ainda lenta, temos um quadro econômico desolador. Precisamos lutar!

São mais de 14 milhões de desempregados, alcançando a marca de mais de 33 milhões se incluirmos os subocupados por insuficiência de horas e os desalentados. A inflação segue subindo, vários itens de alimentação já estão inacessíveis para maior parte da população, e os combustíveis seguem aumentando, o que impacta no todo.



Só a luta coletiva pode dar perspectiva de vitórias! Saudações, companheiros!

Nós não merecemos esse governo

Esses elementos, aliados ao baixo crescimento do PIB e aos baixos rendimentos do trabalho, têm provocado uma ampliação da concentração da renda e da desigualdade no país. O governo utiliza do momento de fragilidade econômica, social e sanitária para atacar os servidores e tentar passar seus retrocessos e maldades.

Além da pandemia, sabemos que há um projeto de governo à partir da nova ordem mundial, que concebe mudanças na visão do mundo do trabalho e passa a considerar natural a norma da precarização, que vem ocorrendo desde os anos 80. A pandemia serviu como laboratório que os empresários e os governos usaram para implantar e expandir o teletrabalho, incluindo menos direitos trabalhistas e sociais para obter com isso, grande economia. Como



consequência há o enfraquecimento dos sindicatos e da fiscalização do trabalho, com pessoas em casa ou em condições de trabalho precárias.

Nós não merecemos esse governo e um presidente assim, tampouco acreditamos que devemos esperar as novas eleições presidenciais e apostar nossas fichas para 2022. Embora reconheçamos que as eleições são importantes, pois elas determinam as políticas, consideramos mais importante ainda intervir, combater as medidas perversas e não permitir mais retrocessos e mortes.

Por todos estes motivos, precisamos que você participe das manifestações e

compartilhe conosco a sua indignação, lute contra todos estes ataques e defenda o direito à vida! Mobilize-se também nas redes sociais, ou outras formas de manifestação como carreatas e painelaços. É preciso dialogar com os trabalhadores para que percebam que a maior parte não será beneficiada neste projeto do Governo Bolsonaro, pois ele já mostrou a que veio e já deixou bem claras as intenções de seguir no projeto de destruição dos serviços públicos e do próprio estado, das nossas florestas e dos povos tradicionais. O momento é muito difícil para os trabalhadores com a manutenção deste governo e deste projeto, que se agrava ainda mais e sobremaneira com a reforma administrativa.



Sobre a Reforma Administrativa: perguntas e respostas

1 O governo diz que irá criar novas carreiras e cargos

O que isso quer dizer? Seu cargo pode entrar em “extinção”. A reforma cria o vínculo por tempo indeterminado a ser regido pela CLT, os cargos de assessoramento e liderança, os cargos típicos de estados, que não serão necessariamente os atuais a serem regulamentados por lei complementar, e os cargos por tempo determinado. Automaticamente, a reforma transforma todos os cargos atuais em “cargos em processo de extinção”. Na prática resultará no fim da paridade para aquele que se aposentou com determinado cargo e para aquele que ainda está na ativa e esperava ter esse direito.

2 A reforma irá manter a estabilidade apenas para alguns cargos, os que exercem atividades exclusivas de estado

O que isso quer dizer? Serão poucos os concursados que terão estabilidade, os demais trabalhadores serão servidores concursados, contratados por prazo indeterminado com outra carreira e cargo, serão trabalhadores temporários e contratados para cargos de liderança e assessoramento. Ou seja, a maioria dos servidores não terá segurança sobre seu emprego e, conseqüentemente, poderá não denunciar irregularidades e/ou sofrer ainda mais assédio.

3 Além destes, os cargos de liderança e assessoramento que hoje são ocupados em sua maioria por servidores, poderão ser indicados livremente pelo governante e pelo superior hierárquico

O que isso significa? Em resumo, o apadrinhamento no serviço público. Pessoas nos cargos por indicações e servidores trabalhando para os governos de plantão e não para a população. No caso do IBGE, hoje só existem os cargos de confiança para presidentes e diretores, que podem ser preenchidos por qualquer pessoa indicada de acordo com escolha hierárquica, os demais cargos devem ser ocupados por servidores. Com a PEC 32 podem ser nomeados chefes de qualquer nível sem necessariamente serem do quadro da casa. Qualquer cargo do IBGE estaria disponível ao uso do governo para atender seus interesses políticos, portanto, quem tem hoje funções gratificadas pode perder para uma pessoa que não é servidora e não tem nenhum conhecimento sobre o trabalho realizado pelo setor.



4 Ampliação da contratação temporária para diversas funções

O que isso significa? Ocorrerá ampliação da contratação temporária para além do que é permitido hoje pela lei 8745/93, em calamidades públicas e outras situações excepcionais. Com a criação do vínculo por tempo determinado, esse formato de contratação poderá ocorrer em praticamente todas as atividades realizadas pelo estado, impondo um regime de trabalho sujeito à rotatividade, sem criação de vínculos, sem aprimoramento no trabalho e sem carreira. Estando o trabalhador mais sujeito a assédios e com grande risco de não conseguir exercer suas atividades laborais livremente.

5 Será o fim da estabilidade

O que isso significa? Se um servidor for denunciado por eventual erro administrativo, técnico, ou qualquer assunto, não terá direito ao inquérito administrativo para se defender e pode ser demitido por “antipatia”, perseguição política, discriminação etc, enquanto outros podem ser beneficiados, por serem mais “simpáticos”. Significa que, o trabalhador que denunciar coisas erradas na administração ao invés de ser protegido, terá risco de demissão, ou seja, querem calar os servidores. A Reforma Administrativa vai impor uma gestão conduzida por interesses políticos e/ou pessoais e não para a eficiência e para o bem do país.

6 Alteração do regime de gestão dos órgãos públicos

O que isso significa? O IBGE pode se transformar em uma organização social, tendo apenas um contrato de gestão com o governo, para executar trabalhos do seu interesse e receber recursos para determinados produtos (pib, índices de preços por exemplo) e ter que buscar recursos com pesquisas encomendadas por governos estaduais, prefeituras, ou setor privado. Pode também terceirizar ou deixar a cargo de gestão privada ou organização social algum setor, como a coleta, por exemplo. Isso pode significar o completo sucateamento do órgão e desvalorização da casa.

7 Possibilidade de aumento de desconto para a previdência

O que isso significa? Os novos servidores entrarão em outro regime, portanto, o regime dos servidores atuais se tornará deficitário. Isso significa que ocorrerá aumento de contribuição previdenciária para os ativos e aposentados.

As águas brasileiras são um componente-chave para o desenvolvimento ambiental, social e econômico do país. Temos 12% das águas disponíveis do Planeta e somente 10% de consumo de nossas reservas. A preservação desses recursos requer atenção não só para o consumo humano, mas também para a economia, resiliência aos eventos extremos e proteção aos ecossistemas aquáticos e sua biodiversidade. Para abordar sobre esse tema entrevistamos o Gerente da Reserva Ecológica do IBGE, Mauro Lambert.

HA | Os povos originários das Américas encaram a água como algo sagrado. O que a sociedade contemporânea pode aprender com esses povos para frear as ameaças aos recursos hídricos e as espécies que deles dependem?

ML | Populações tradicionais estabelecem relações estreitas e complexas com os lugares que habitam, que não raro, os tornam insubstituíveis. Por valorizarem todos os recursos naturais necessários à sua sobrevivência, mitos, lendas e tabus costumam funcionar como “freios culturais” à sua superexploração. Sem esses vínculos e dominada por relações de exploração ou utilitaristas dos recursos naturais, a sociedade de consumo pode reencontrar nas crises que se avizinharam, a “relição” com os laços de sustentabilidade que perdeu.

HA | A economia brasileira está cada vez mais dependente do agronegócio, que polui o solo e consome a maior parte da água do país. Em que medida isso ameaça os recursos hídricos e como equilibrar esse consumo, de forma a favorecer a população?

ML | O agronegócio brasileiro é o principal usuário e exportador de águas do país, mas será um dos mais afetados pelas ameaças hídricas que ele mesmo ajuda a provocar. Portanto, é o setor que tem grande responsabilidade e ótima oportunidade global de associar o aumento da sua produção ao uso de novas tecnolo-

ENTREVISTA

Mauro Lambert Ribeiro

Gerente da Reserva Ecológica do IBGE (RECOR)
localizada no DF



Cuidar das águas agora para assegurar um futuro com dignidade

Por Henrique Acker

gias que conservem os recursos hídricos e os solos, privilegiem a maior produtividade em áreas já degradadas em contraposição à expansão agrícola, e promovam a conservação da biodiversidade em áreas privadas, respeitando o código florestal, através das reservas legais em suas propriedades rurais.

HA | De acordo com o relatório de 2020 sobre Água, da Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (BPBES), caso nenhuma medida seja tomada até 2030 teremos uma crise hídrica que pode alterar o clima e produzir seca em grandes regiões do país. Que medidas são essas?

ML | Cerca de 40% do território brasileiro já possuem níveis moderados a elevados de riscos à segurança hídrica. Até 2035, cerca de 74 milhões de pessoas, R\$520 bilhões em atividades econômicas, mais de 80% das áreas úmidas e 25% da biodiversidade aquática estarão sob risco hídrico. Serão necessários investimentos de cerca de R\$70 bilhões/ano em infraestrutura, promovendo restauração florestal, conservação de mananciais, mapeamento, monitoramento e proteção aos ecossistemas aquáticos, universalização do saneamento básico, maior eficiência na distribuição da água e promoção de soluções baseadas na natureza.



Cerca de 40% do território brasileiro já possuem níveis moderados a elevados de riscos à segurança hídrica

HA | A Plataforma BPBES lançou um Sumário para Tomadores de Decisão. Quais são as principais recomendações dessa Plataforma e em que medida os governantes das três esferas estão comprometidos com esse Sumário?

ML | A segurança hídrica requer novas estratégias gerais e regionais de governança que visem à integração dos usos múltiplos, aliada à conservação das áreas úmidas e ao bem-estar da sociedade. Esse desafio deve incluir a produção do conhecimento focada nas lacunas existentes, o desenvolvimento e a aplicação de tecnologias sustentáveis, o fortalecimento de instrumentos de política e de gestão e o engajamento dos diversos setores usuários das águas brasileiras. A Plataforma BPBES é uma iniciativa não-governamental que visa propor soluções práticas aos governos federal, estaduais e municipais. Negociações neste sentido já estão em curso.

HA | Como o IBGE contribui ou pode contribuir para uma política de Estado visando a preservação e o uso racional dos recursos hídricos do Brasil? Que iniciativas concretas já existem no IBGE para isso e o que está planejado para os próximos anos?

ML | Ao longo de quatro décadas de gestão da Reserva Ecológica do IBGE, duas políticas de Recursos Hídricos foram subsidiadas por pesquisas científicas sob a liderança ou coparticipação dos nossos pesquisadores. Em 2018, o IBGE divulgou, em parceria com a Agência Nacional de Águas – ANA, os primeiros resultados das Contas Econômicas Ambientais da Água – CEAA, com metodologia consolidada e testada pela ONU. Em 2020, o IBGE divulgou também os primeiros resultados das Contas de Ecossistemas, como o Uso da Terra nos Biomas Brasileiros – 2000 a 2018, e as Espécies Ameaçadas de Extinção no Brasil – 2014. Atualmente, estão sendo desenvolvidas, testadas ou planejadas pelo IBGE, em conjunto com instituições especializadas, as contas de água, energia, florestas (recursos madeireiros e não madeireiros), biodiversidade, ecossistemas de extensão e ecossistemas de condição.

As ações abaixo já tiveram o seu trânsito em julgado e atualmente encontram-se em fase de execução. Portanto, aqueles que se enquadram como beneficiários precisam providenciar os documentos necessários à reivindicação do benefício.

1 | DIFERENÇAS DECORRENTES DA APLICAÇÃO DOS ÍNDICES DE REAJUSTE CONCEDIDOS AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA (2008.51.01.509511-0),

aplicável aos aposentados por invalidez no período de 20/12/2003 à 29/03/2012, a qual se estende também pensionistas destes servidores. Estão sendo recolhidos os documentos para a execução da ação. Já foram enviadas instruções aos Núcleos e aos próprios servidores. Havendo dúvida, basta

escrever aos e-mails: assibge.gq@hotmail.com, financeiroassibgesn@yahoo.com.br e plantaio-executiva@uol.com.br

2 | CONVERSÃO DA LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA (2010.51.01.022790-0) é uma ação que beneficia aqueles que se aposentaram a partir de 2015 sem que tenham usufruído algum período de licença prêmio, seja licenciando-se, seja para fins de abono de permanência. Para saber mais, entre em contato!

Há outras demandas cujas execuções ajuizadas seguem em tramitação, mas, conforme os prazos divulgados à época, já não comportam novos pedidos. Assim, alertamos para o fato de que, uma vez iniciado o período de execução, as duas ações acima já contam com o prazo de prescrição em curso. Assim, é importante que, ao se enquadrar em um destes processos, providenciar o quanto antes os documentos necessários para a execução.

• DEMANDAS JURÍDICAS EM CURSO E COM ESPECIAL INTERESSE À CATEGORIA •

GDACT AOS QUE JÁ ESTAVAM APOSENTADOS NO ANO 2000/2001

(2000.34.00.026690-8 SJDF - Diz respeito a diferenças da extinta GDACT aos que já estavam aposentados no período de JUNHO/2000 a MARÇO/2001. Obtido julgamento favorável, está se aguardando o esgotamento dos recursos, após o que será iniciada a execução.

AÇÃO VISANDO À MAJORAÇÃO DA INDENIZAÇÃO DE CAMPO

(2015.51.01.145351-6 - Ação que objetiva fazer valer a previsão legal que vincula o valor da indenização de campo às diárias, o que resulta num montante próximo ao dobro daquele normalmente pago hoje no âmbito administrativo.

O sindicato obteve sentença favorável, posteriormente mantida em grau recursal. Embora as decisões sejam até então favoráveis, o IBGE recorreu ao STJ e ao STF, sendo necessário o esgotamento destas instâncias antes de se alcançar a fase de execução, que deve beneficiar grande parte da categoria.

Em 2020 foi ajuizado também ação (5013894-85.2020.4.02.5101) buscando reverter a exclusão da Gratificação de Qualificação ou RT daqueles servidores que, em seus registros, não constam com o 2º grau ou outra exigência que, a despeito do histórico destas gratificações

e do direito adquirido que as reveste, passou recentemente a ser exigida de forma arbitrária.

Ano passado foi ajuizada demanda (5053548-79.2020.4.02.5101) buscando a manutenção dos contratos dos APMs no decorrer da pandemia, a qual infelizmente não logrou êxito, tendo o sindicato interposto recurso, que aguarda julgamento.

Mais recentemente, já em 2021, foi ajuizada demanda (5008403-63.2021.4.02.5101) buscando vedar o emprego, pelo IBGE, de profissionais estranhos ao quadro da instituição para realizar trabalhos de competência dos cargos da instituição, o que vinha acontecendo com o emprego de motoboys nas atividades da coleta. O processo aguarda julgamento.

A ASSIBGE também trava um enfrentamento ao avanço da precarização, pelo que questiona também a recente criação da figura do supervisor temporário.

Não se descuidando da defesa do Censo, tendo sido admitida como interveniente (amicus curiae) no processo que, proposto pelo Estado do Maranhão, levou o STF a determinar a realização da Operação Censitária em 2022.

Além das ações propriamente ditas, a ASSIBGE atua através de representações aos MPF e MPT, onde leva a estas instituições importantes subsídios quanto aos problemas enfrentados pelo IBGE e seus trabalhadores.

Ação para os servidores que se aposentaram por invalidez no período entre 20/12/2003 à 29/03/2012

A ASSIBGE-SN está iniciando os procedimentos para a execução da ação para os servidores que se aposentaram por invalidez no período entre 20/12/2003 à 29/03/2012. Para isso, é importante entrar em contato com a assessoria Jurídica do sindicato, para que sejam ajuizadas as execuções individuais.

Todo e qualquer esclarecimento sobre a referida ação, deverá ser feito EXCLUSIVAMENTE PELO E-MAIL assibge.gq@hotmail.com aos cuidados da Drª Thyanne Paula da Silva. Seu retorno deverá ser URGENTE, para não perder o prazo de ajuizamento da ação de execução.

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O AJUIZAMENTO DA AÇÃO

Identidade, CPF, Comprovante de Endereço (conta de luz, água ou telefone), cópia do último contracheque e cópia do Diário Oficial da União que consta sua aposentadoria.

Deverá ser feito um depósito no valor de R\$150,00 (cento e cinquenta reais) para que o contador faça os cálculos (enviar comprovante).

Dados bancários para depósito:

- BANCO DO BRASIL
- AG: nº 3520-3
- Conta Corrente nº 108.523-9 em nome de ARÃO DA PROVIDÊNCIA ADVOGADOS ASSOCIADOS.

Todos os documentos (disponíveis no site ou por e-mail), o comprovante de depósito, procuração e contrato deverão ser escaneados e enviados para os seguintes e-mails:

assibge.gq@hotmail.com
financeiroassibgesn@yahoo.com.br

ATENÇÃO! Prova de vida volta a ser obrigatória e pode ser feita no banco ou no aplicativo de celular

A Prova de Vida anual dos servidores públicos aposentados e dos pensionistas pode ser feita em qualquer agência da instituição bancária onde lhe é pago o provento ou benefício, mediante comparecimento pessoal, portando documento oficial de identificação com foto e CPF (exemplos: RG ou Carteira Nacional de Habilitação).

Outra forma de realização é via aplicativo mobile, que é o que chamamos de Prova de Vida Digital! Os beneficiários que têm biometria cadastrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ou no Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) podem realizar a validação facial no aplicativo SouGov.br. Caso não tenham biometria facial cadastrada, deverão realizar a Prova de Vida no banco, conforme citado no parágrafo anterior.

Os beneficiários poderão também consultar a situação da Prova de Vida pelo aplicativo SouGov.br, assim como obter o comprovante da sua realização, independente do canal que tenha realizado, podendo também receber notificações para lembrar do momento em que anualmente deverá realizar esta ação.